

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXÍVEL

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Poupança Reforma



RELATÓRIO E CONTAS

RELATIVO AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE

2026

ÍNDICE

1 Relatório de Gestão	3
1.1 Temas relevantes (1º semestre 2026).....	4
1.2 Principais características do fundo.....	14
1.3 Evolução do fundo.....	14
2 Balanço e Demonstrações Financeiras.....	19
2.1 Balanço a 30 de junho de 2026	20
2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2026	22
2.3 Demonstração Fluxos de Caixa - referente ao período findo em 30 de junho de 2026 ...	23
3 Divulgações	24
3.1 Anexos às demonstrações financeiras	25
4 Certificação das Contas	38

1 Relatório de Gestão

1.1 Temas relevantes (1º semestre 2026)

Há semestres em que as notícias se acumulam sem formar um padrão e outros em que tudo converge para a mesma ideia. O primeiro semestre de 2026 foi do segundo tipo. Da aceleração da inflação norte-americana à fragilidade do emprego, da reconfiguração industrial alemã ao rearmamento europeu, da normalização monetária japonesa ao aperto regulatório sobre os fluxos financeiros, os acontecimentos apontaram todos na mesma direção: o custo do capital voltou a condicionar as decisões económicas, políticas e empresariais.

A dívida soberana deixou de ser o pano de fundo dos mercados e passou a ser o enredo. Determina hoje a margem de manobra dos bancos centrais, a capacidade orçamental dos governos e a avaliação dos ativos. O traço do novo regime não é a iminência de um incumprimento, que ninguém prevê para já, mas a exigência de remunerar melhor o risco de financiar Estados mais endividados, num contexto de inflação persistente e de maior instabilidade geopolítica. O que se segue é um balanço do semestre a partir dessa lente, tema a tema, com as implicações que daí retiramos para a construção de carteiras.

A dívida soberana tornou-se o regime

A dívida pública global aproximou-se de 94% do PIB em 2025 e deverá ultrapassar os 100% até ao final da década. Estados Unidos, França, Itália, Reino Unido e Japão enfrentam, com intensidades diferentes, a mesma combinação: défices que não fecham, necessidades de refinanciamento a aumentar e despesa rígida associada ao envelhecimento, à defesa, à transição energética e ao serviço da própria dívida. Nenhum destes compromissos é facilmente reversível e é essa rigidez que retira graus de liberdade a quem governa.

O problema agravou-se porque os próprios mercados de dívida soberana mudaram de natureza. O Banco de Pagamentos Internacionais tem insistido num novo nexos entre o risco soberano e o risco financeiro: fundos muito alavancados, financiados a curto prazo e dedicados a operações de arbitragem, assumiram um papel central na intermediação da dívida pública. Em períodos calmos, dão liquidez e comprimem spreads, mas em períodos de tensão, a liquidação forçada dessas posições amplifica os movimentos de preço, degrada a liquidez e transmite o choque ao resto do sistema. A dívida soberana, o único ativo supostamente sem risco, ganhou assim um fator de instabilidade que não tinha.

Os números do serviço da dívida mostram bem a dimensão da pressão. Nos Estados Unidos, os encargos líquidos com juros aproximam-se de um bilião de dólares por ano, uma rubrica que já rivaliza com a defesa. Na Europa, a deterioração das contas torna o custo das dívidas nacionais mais sensível a qualquer revisão das perspetivas orçamentais, e o prémio exigido a França e a Itália reflete-o. No Japão, mesmo uma taxa direta de apenas 1% é materialmente exigente para um Estado cuja dívida supera 230% do PIB. Quanto maior a fatia do orçamento absorvida por juros, menor a capacidade de responder a uma recessão, de financiar investimento ou de acomodar novas prioridades.

A conclusão que daqui retiramos não é a de um incumprimento iminente, mas sim a de que a compensação exigida para deter dívida de longo prazo deverá manter-se estruturalmente mais

alta e mais volátil. Isto tem uma consequência prática que muitos ainda subestimam: a relação segundo a qual as obrigações de longo prazo protegem a carteira quando as ações caem tornou-se menos fiável. Quando o choque nasce da inflação, do excesso de oferta de dívida ou da perda de disciplina orçamental, ações e obrigações desvalorizam em conjunto. O diversificador tradicional deixa de diversificar precisamente quando é mais preciso e isso obriga a repensar o papel da duração numa carteira equilibrada.

Estados Unidos: inflação persistente, emprego mais frágil e uma Fed sem margem para complacência

A inflação e os dois cenários que a Fed não consegue resolver

O índice de preços das despesas de consumo pessoal, a medida preferida da Reserva Federal, subiu 4,1% em termos homólogos em maio, o valor mais alto em três anos, com a componente subjacente a acelerar para 3,4%. A pressão deixou de ser um fenómeno de energia e de alimentos. Habitação, seguros, transportes, serviços e custos laborais transmitiram aumentos ao conjunto da economia. O consumo cresceu 0,7% no mês, mas parte dessa força veio da redução da taxa de poupança, o que sustenta o ritmo à custa de tornar as famílias mais vulneráveis a um choque no emprego ou nos mercados.

A trajetória do semestre, porém, não foi linear e é aqui que a leitura exige cuidado. Depois do pico homólogo registado em maio, junho trouxe uma surpresa no sentido oposto. O índice de preços no consumidor caiu 0,4% face ao mês anterior, a primeira descida absoluta desde a pandemia. Cerca de 47% dos componentes registaram quedas, a maior proporção em quase dois anos, enquanto os serviços subjacentes, excluindo habitação, cresceram a um ritmo anualizado de apenas 0,8% no trimestre. O nowcast da inflação PCE recuou, por sua vez, para 3,7% em termos homólogos. As probabilidades implícitas de uma subida de taxas na reunião de julho, que o mercado chegou a colocar em 34%, colapsaram para 10% em poucos dias. Durante uma semana, pareceu que o problema estava resolvido.

No virar do semestre, o cessar-fogo entre os Estados Unidos e o Irão deu-se por terminado, o Estreito de Ormuz voltou a ser efetivamente encerrado e o petróleo subiu cerca de 20% numa única semana, para perto de 80 dólares por barril, desfazendo o alívio energético que tinha empurrado junho para baixo. Porém, muitos analistas passaram a trabalhar com preços mais persistentes e com uma redução duradoura do tráfego em Ormuz. O resultado é uma economia suspensa entre dois cenários que a própria Fed já mapeou nas suas atas, mas não sabe qual se concretizará. Num deles, a inflação mantém-se alta, alimentada pela nova subida dos preços do petróleo, pela pressão da procura ligada à inteligência artificial sobre os preços dos componentes eletrónicos e pelas tarifas. Perante este cenário, a Fed acabaria por subir as taxas. No outro, fora destes três vetores o quadro é desinflacionista, com a habitação a abrandar e um mercado de trabalho que não gera pressão salarial. Nesse mundo, a Fed ficaria simplesmente parada.

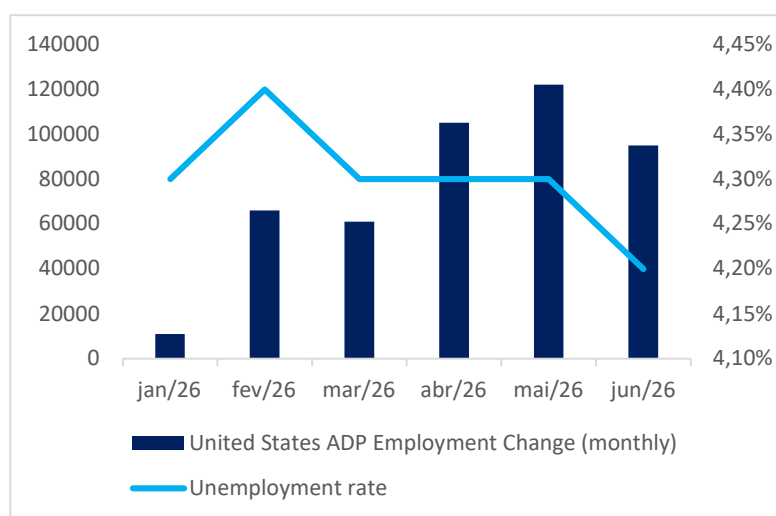
Perante esta ambiguidade, a Reserva Federal manteve a taxa diretora entre 3,50% e 3,75%. Mais importante do que a decisão foi a mudança de linguagem. Desapareceu a sinalização de que o próximo passo natural seria um corte. A criação de cinco grupos de trabalho para rever

a medição da inflação, o uso de dados, a comunicação, a gestão do balanço e a análise do mercado de trabalho revela uma instituição a tentar adaptar-se a uma economia que já não se comporta como antes da pandemia. Vale a pena registar o que estaria em jogo num corte inaugural do novo presidente, já que o primeiro movimento de cada um dos últimos seis presidentes da Fed foi uma subida e seria preciso recuar a 1970, a Arthur Burns sob pressão de Nixon, para encontrar um mandato iniciado com um corte. Quebrar essa série de mais de meio século seria um sinal político tão forte quanto o económico e é por isso que não o consideramos provável.

A pressão para reduzir as taxas é compreensível num país em que o serviço da dívida cresce depressa, mas a Fed perderia credibilidade se subordinasse a estabilidade de preços às necessidades do Tesouro. O dilema é limpo: taxas mais baixas aliviam o custo da dívida, mas podem prolongar a inflação; taxas mais altas defendem a moeda e as expectativas, mas agravam os encargos orçamentais e o crédito privado. Nada nos dados obriga, por enquanto, a antecipar uma espiral como a dos anos 1970: a energia pode voltar a corrigir, as expectativas de longo prazo continuam contidas e o emprego a arrefecer há-de moderar a procura. Mas o regresso rápido e estável aos 2% perdeu credibilidade e, para quem investe, a consequência prática é simples: o custo do capital deverá permanecer acima dos níveis registados na década passada.

O mercado de trabalho está a abrandar, mas a leitura é ambígua

Os indicadores de emprego de junho apontaram para um enfraquecimento claro, ainda que não para uma rutura. A ADP registou 98 mil postos de trabalho no setor privado, abaixo do esperado e dos 122 mil de maio, com os ganhos concentrados na educação e na saúde e a indústria transformadora e os recursos naturais a continuarem frágeis. O relatório oficial foi mais fraco ainda, com apenas 57 mil novos postos e uma revisão em baixa do mês anterior. A taxa de desemprego recuou para 4,2%, mas por uma razão pouco tranquilizadora, a queda da participação. Ao mesmo tempo, aumentou o tempo necessário para encontrar emprego e estreitou-se o prémio salarial de quem muda de empregador face a quem fica.



Fonte: Trading Economics

A interpretação não é linear e convém resistir à tentação de simplificá-la. A forte redução dos fluxos migratórios e o aumento das deportações reduziram a oferta de mão de obra e, se a população ativa cresce mais devagar, a economia precisa de criar menos empregos para manter o desemprego estável. O mesmo número de empregos pode assim significar coisas opostas consoante o que se passa do lado da oferta. Daí resulta um mercado bifurcado, onde contratar tornou-se mais fácil em várias funções qualificadas, enquanto a construção, a agricultura, a hotelaria e parte da indústria continuam a enfrentar escassez de trabalhadores. Nestes setores, a automatização deixou de ser uma opção de eficiência para passar a ser uma resposta estratégica e é uma das razões pelas quais o investimento em automação industrial mantém visibilidade mesmo com a economia a abrandar.

Habitação: a imigração pressiona a procura, mas o problema é de oferta

Um estudo da Reserva Federal de Dallas estimou que os trabalhadores em situação irregular representaram cerca de 30% do crescimento do emprego na área metropolitana média entre 2021 e 2024. Nos mercados em que a construção respondeu com lentidão, um aumento de 1% desses fluxos esteve associado a uma subida de aproximadamente 2,2% nos preços das casas e de 1,4% nas rendas. O canal é real e ajuda a explicar parte da inflação da habitação dos últimos anos.

Seria, ainda assim, errado atribuir a crise de acessibilidade apenas à imigração. Os Estados Unidos arrastam um défice estimado em 3,7 milhões de habitações, herança de anos de subinvestimento, de restrições urbanísticas, de custos de construção elevados, de seguros mais caros e de taxas hipotecárias entre 6% e 7%. Há também uma contradição que a política tende a ignorar: reduzir a imigração alivia a procura, mas também retira trabalhadores da construção, o que dificulta o aumento da oferta. Do lado do alívio, há sinais concretos, como os arranques de construção multifamiliar, que subiram 75% num mês, e as rendas, que quase se estabilizaram, com a habitação a pesar mais de um terço do cabaz de preços. Mas sem reformas no licenciamento, na densidade e na capacidade de construir, a escassez continuará a ser sobretudo estrutural e a habitação permanecerá uma fonte de inflação difícil de domar por via monetária.

Europa: estagnação, reconfiguração industrial e a defesa como prioridade

Finlândia e Alemanha, dois retratos da fragilidade europeia

A projeção de crescimento da área do euro para 2026 foi revista para 0,8%, com a Alemanha a avançar apenas 0,7%. A média esconde realidades distintas e a Finlândia e a Alemanha ilustram dois problemas diferentes: um cíclico, outro estrutural. Na Finlândia, 2025 registou o maior número de insolvências desde 1996, com a construção entre os setores mais atingidos pela subida das taxas de juro, pela quebra da procura residencial e pelo encarecimento do financiamento. O sindicato do setor estima que 17,5% dos trabalhadores da construção estejam sem emprego e a intensidade da concorrência por qualquer vaga se percebe num dado quase anedótico, mas revelador: o retalhista Puuilo recebeu cerca de 21 mil candidaturas para 400 vagas de verão. O país pagou caro pelo desaparecimento do comércio com a Rússia e pela sensibilidade da sua economia ao ciclo imobiliário. O Banco Central só prevê recuperação gradual, com o mercado de trabalho fraco até 2027.

Na Alemanha, a pressão é de outra ordem. A Volkswagen pondera uma reestruturação de dimensão histórica, com cortes que poderão chegar a 100 mil postos de trabalho, redução de investimento e eventual encerramento de fábricas. Os custos energéticos, o peso regulatório e a transição acelerada para os veículos elétricos agravaram a perda de competitividade. Seria cómodo culpar só a energia e Bruxelas, mas a verdade é que a indústria automóvel alemã falhou na execução de software, demorou a renovar a gama e viu-se ultrapassada por concorrentes chineses mais baratos e, em vários casos, tecnologicamente à frente. O que está em causa não é o desaparecimento da base industrial alemã, mas a deslocação de capital e de emprego do automóvel de massa para a infraestrutura, a eletrificação das redes, a defesa, a automação e a engenharia avançada. A transição é dispendiosa e socialmente sensível e o investidor faria mal em tratá-la como um simples declínio quando é, sobretudo, uma recomposição.

O rearmamento é a despesa mais protegida da Europa

A defesa tornou-se a área de despesa com maior consenso político e maior visibilidade financeira e essa é uma mudança de regime orçamental que vai muito além do ciclo. A NATO assumiu o objetivo de elevar o esforço total de segurança e defesa para 5% do PIB, até 2035, e o plano ReArm Europe pretende mobilizar cerca de 800 mil milhões de euros até 2029, dos quais 150 mil milhões através do instrumento SAFE. O impulso beneficia produtores de munições, eletrónica, sistemas de comunicação, manutenção e cibersegurança e não apenas os grandes integradores de sistemas. A deterioração do ambiente estratégico não é retórica: o chefe dos serviços de informação externa da Polónia, Paweł Szota, classificou como real o risco de confronto com a Rússia e alertou para novas provocações híbridas no flanco oriental. Reconhecer o risco não é afirmar que a guerra é inevitável. Espera-se, aliás, que o reforço da dissuasão reduza a probabilidade de ataque, mas o compromisso financeiro mantém-se seja qual for o cenário militar.

O problema económico sobrevive a qualquer desfecho. A Europa quer financiar em simultâneo o Estado social, a transição energética, a competitividade industrial e uma expansão duradoura da capacidade de defesa, porém, com crescimento anémico e dívida elevada, estas prioridades disputam o mesmo espaço orçamental. A defesa deverá continuar a beneficiar de cláusulas de exceção, garantias públicas e maior tolerância aos défices, mas a fatura aparecerá primeiro nos mercados de dívida e nos debates sobre impostos e despesa, muito antes de qualquer crise de financiamento. Para quem constrói carteiras, esta é uma das poucas áreas em que o gasto público plurianual está politicamente blindado, o que confere uma visibilidade de procura rara no atual ambiente.

Criptoativos, identidade digital e o controlo do acesso financeiro

O novo pacote europeu de sanções contra a Rússia abriu um precedente que merece atenção: a possibilidade de proibir integralmente certos serviços de criptoativos ligados a países terceiros tidos como facilitadores da evasão. A medida ultrapassa a sanção a uma entidade concreta e confere à União um instrumento de alcance jurisdicional mais amplo. A preocupação é legítima, porque redes descentralizadas, *stablecoins* e intermediários fora da União reduzem a eficácia das sanções e dificultam a rastreabilidade dos fluxos, mas o

alargamento das competências de exclusão financeira levanta questões de proporcionalidade e de garantias, bem como o risco de que um instrumento criado para um fim acabe por ser usado para outros.

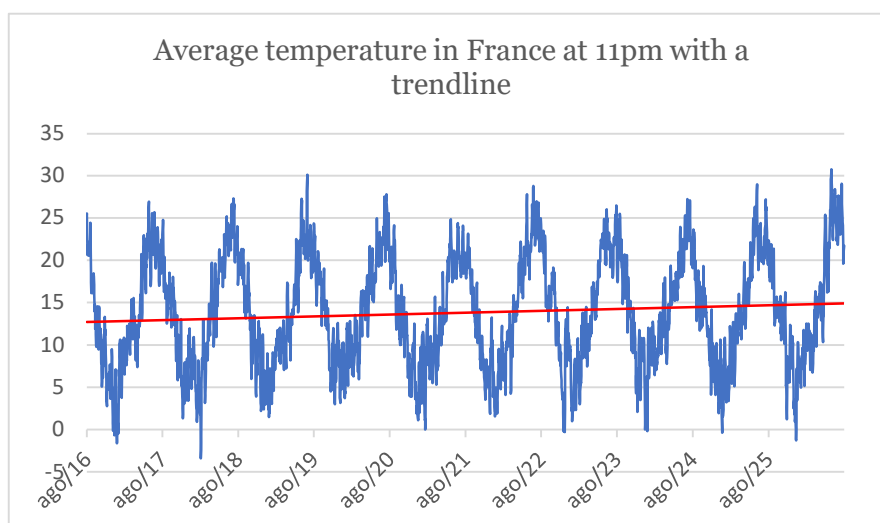
Seria um erro concluir que a Europa declarou guerra aos ativos digitais. A tendência dominante é o oposto, a incorporação do setor nos canais tradicionais, com regras cada vez mais exigentes sobre a origem dos fundos, a identidade do cliente e a responsabilidade dos intermediários. O primeiro semestre marcou precisamente essa viragem. A 1 de julho terminou o regime transitório europeu para os prestadores de serviços de criptoativos e os números são impressionantes: das cerca de 1.200 a 3.500 empresas que operavam ao abrigo de regimes nacionais, apenas 200 a 250 dispõem hoje de autorização MiCA completa, o que significa que entre 75% e 90% dos operadores anteriores deixaram de poder servir clientes da União, incluindo nomes como a Binance, a MEXC e a Bitget. Nos Estados Unidos, o percurso é mais lento: a lei CLARITY, que criaria um quadro unificado para o setor, continua bloqueada no Senado e os mercados de previsão baixaram a probabilidade de aprovação em 2026 de cerca de 74% para 48% ao longo do último mês.

Por baixo desta consolidação regulatória, o próprio mercado passou por um semestre difícil e com dupla leitura. O Bitcoin fechou tanto o primeiro como o segundo trimestre em queda, de 22,2% e 14,1%, algo que só se repetira em 2018 e 2022, ambos seguidos de mercados descendentes prolongados. Negoceia agora perto dos 60 mil dólares, cerca de metade do máximo de outubro de 2025, penalizado pelas saídas dos ETF, pela rotação de capital para a inteligência artificial, pela força do dólar e por uma Fed assumidamente restritiva. Até a Strategy de Michael Saylor, símbolo maior da convicção de longo prazo, vendeu Bitcoin pela primeira vez desde 2022 para cobrir 1,5 mil milhões de dólares anuais em dividendos de ações preferenciais. Mas há um sinal que contraria a narrativa de recuo. O volume de transações em *stablecoins* atingiu 1,79 biliões de dólares em junho, um máximo histórico mensal, e totalizou 8,82 biliões de dólares no semestre. A especulação arrefece, mas a utilização dos criptoativos como infraestrutura de pagamentos tem acelerado. São movimentos que dizem coisas diferentes e não devem ser confundidos.

A mesma tensão entre eficiência e controlo reaparece na identidade digital. Credenciais integradas em aplicações públicas simplificam a prova de identidade, de idade ou de direito ao trabalho, mas concentrar informação num único ecossistema aumenta o impacto de erros, abusos e ataques. Os episódios da China, onde códigos sanitários foram manipulados para limitar o acesso de depositantes a bancos, e da Tailândia, onde o combate a contas criminosas levou ao congelamento indevido de muitas contas legítimas, mostram que o risco contemporâneo não é tanto a perda formal da propriedade quanto a suspensão súbita do acesso. A distinção que importa não separa tecnologia boa de má, mas sim sistemas com contrapoderes efetivos de sistemas sem eles: transparência, direito de recurso, controlo judicial, minimização de dados e alternativas não digitais. Para empresas e investidores, a conclusão é operacional e pouco glamorosa: a redundância bancária, a documentação da origem dos fundos e a diversificação de custódia passaram a fazer parte de uma gestão prudente do risco.

França: a adaptação climática é já uma questão económica

A vaga de calor em França, com temperaturas acima de 40 graus e centenas de escolas encerradas, expôs uma vulnerabilidade já conhecida. Apenas cerca de 27% das moradias e 13% dos apartamentos têm ar condicionado, uma penetração insuficiente para proteger a parte mais frágil da população durante episódios extremos. A resposta política polarizou-se, com o Governo a sublinhar os custos energéticos e ambientais de uma climatização generalizada e o Rassemblement National a propor equipar escolas, hospitais, lares e transportes. O debate ganharia em sair da falsa escolha entre instalar ar condicionado em todo o lado ou recusá-lo por princípio. A resposta sensata combina isolamento, ventilação, sombreamento urbano, bombas de calor reversíveis, redes mais resilientes e climatização seletiva nos serviços essenciais.



Fonte: Bloomberg

O que interessa reter, do ponto de vista da alocação, é que a adaptação climática deixou de ser um tema ambiental para passar a ser uma questão de saúde pública, produtividade e custo de vida. A mitigação continua necessária, mas já não chega. Num continente onde a penetração de sistemas de arrefecimento é baixa, o investimento em eficiência térmica, armazenamento, modernização de redes e gestão inteligente da procura deverá crescer independentemente de quem ganhe as eleições, e essa é uma corrente de fundo que se soma à da eletrificação e à da defesa como destino do capital que sai da indústria tradicional.

Japão e China: a normalização difícil e o risco de japonização

O Banco do Japão elevou a taxa diretora para 1%, o nível mais alto em cerca de três décadas, tendo a yield da dívida pública a dez anos ultrapassado os 2,7%. Noutra economia seriam números banais, mas no Japão representam uma alteração de fundo, porque o Estado e o sistema financeiro organizaram os balanços durante décadas em torno de taxas próximas de zero. Com dívida acima de 230% do produto, cada ponto de subida do custo de financiamento força o Governo a escolher entre consolidar, aumentar impostos, cortar despesa ou depender mais do banco central. O facto de a dívida ser detida sobretudo internamente afasta o risco de uma crise cambial clássica, mas não anula o custo económico. Os credores domésticos exigem remuneração adequada e a desvalorização das obrigações afeta instituições financeiras e poupanças de longo

prazo. Existem estabilizadores, como uma posição externa líquida forte, a elevada quota do banco central no mercado de dívida e o efeito da inflação a reduzir o rácio pela via do crescimento nominal, pelo que o cenário mais provável não é uma crise abrupta, mas uma normalização difícil, sujeita a episódios de volatilidade e a intervenções frequentes. O risco para o resto do mundo passa menos por uma repatriação maciça de capitais, que sinalizaria stress sobre a própria dívida japonesa e que os investidores privados evitarão, e mais por um encerramento desordenado das estratégias financiadas em ienes, capaz de mover moedas, obrigações e ações num curto espaço de tempo.

Vale a pena olhar para o Japão como o espelho de longo prazo de um arco que a China está apenas a iniciar, porque é essa a leitura estrutural mais relevante para a alocação asiática. Pode-se assim falar de risco de japonização cujo paralelo é incómodo: colapso imobiliário, população em idade ativa a encolher, deflação e desalavancagem das famílias, tudo isto acompanhado de défices públicos crescentes. Os preços da habitação na China caíram cerca de 20% e o imobiliário comercial 9% desde 2023, o investimento residencial recuou 30% e os arranques de construção 80% face ao pico de 2021, ao passo que as vendas a retalho mal cresceram no segundo trimestre e o crédito hipotecário se contrai. O crescimento tendencial projetado abranda de 4,5% ao ano nesta década para 3,2% na próxima e 2,4% na seguinte e a economia, que valia 63% da norte-americana em dólares em 2025 depois de ter chegado a 77% no pico pandémico, poderá não passar dos 83% em 2040. A convergência com os Estados Unidos, tratada durante anos como inevitável, poderá deixar de o ser.

Há, porém, diferenças que impedem uma leitura mecânica do paralelo e são elas que separam a análise séria do alarmismo. A China ainda não teve uma crise bancária severa nem um colapso bolsista comparáveis aos do Japão, a dívida das empresas até subiu para 180% do PIB, embora concentrada em entidades estatais e o setor de alta tecnologia cresce a cerca de 15% ao ano, com uma estrutura de exportações que se aproxima da de uma economia avançada. O próprio sucesso exportador é, no entanto, ambíguo: as exportações crescem em parte porque a procura interna não absorve a produção. O crescimento homólogo de 4,3% do segundo trimestre, abaixo dos 5% do primeiro, ilustra bem a situação. Com o consumo fraco, o investimento em queda de 6% e a despesa pública a abrandar, o que fecha a conta do produto é sobretudo a acumulação de existências industriais, mais de 8% acima do ano anterior. É crescimento de baixa qualidade, feito com bens produzidos e armazenados que não encontraram procura final e reversível quando as empresas reduzirem os stocks. A China exporta, ao mesmo tempo, deflação: os preços unitários de várias exportações caíram para metade, enquanto os das terras-raras mais do que quadruplicaram, um lembrete de que Pequim mantém alavancas geopolíticas sobre cadeias críticas. Tudo isto confirma o que o comportamento dos mercados já dizia no semestre, com o índice onshore de ações a recuperar enquanto o offshore, mais exposto ao consumo e ao imobiliário, ficava para trás. A China é hoje um mercado de seleção e não de índice, com retorno estrutural esperado baixo e valor apenas em nichos de tecnologia e de exportação.

Implicações para investidores, empresas e patrimónios privados

Nas obrigações, a exposição à dívida soberana de longo prazo deve ser mais seletiva, sobretudo nos países em que a oferta cresce mais depressa do que a procura estrutural. Obrigações

indexadas à inflação, maturidades intermédias, posições que beneficiem de curvas mais inclinadas e ativos reais oferecem hoje uma proteção mais consistente do que a concentração em dívida nominal longa. Pode-se privilegiar, precisamente, emissões de qualidade e com durações mais curtas, num ambiente em que o crescimento resiliente, a inflação persistente e a deterioração das contas públicas mantêm as yields longas sob pressão. A duração deixou de ser um refúgio automático e passou a ser uma posição assumida com intenção.

Nas ações, a qualidade dos resultados e o poder de fixação de preços voltam a decidir. Empresas dependentes de refinanciamento frequente, de crescimento distante ou de margens pouco defensáveis continuam vulneráveis a um custo de capital mais elevado. A defesa europeia beneficia de compromissos plurianuais e de uma necessidade objetiva de repor inventários e a oportunidade não se esgota nos grandes fabricantes, estendendo-se à eletrónica, aos sensores, aos componentes, à manutenção e à cibersegurança. A recomposição industrial alemã acrescenta um segundo eixo, com capital a migrar do automóvel de massa para as redes elétricas, a automação, a defesa e a infraestrutura. O tema da inteligência artificial mantém-se central, mas a sua distribuição de retornos mudou, com o mercado a premiar os fornecedores de escassez na cadeia de semicondutores e de energia e a exigir provas de retorno a quem financia a infraestrutura com dívida.

Merece nota, neste contexto de rotação, a hipótese de uma nova liderança setorial na saúde. A biotecnologia de média e pequena capitalização poderá vir a ser o candidato mais provável ao próximo excesso de entusiasmo do mercado, um beneficiário indireto da inteligência artificial que recebe o capital que sai dos vencedores diretos já esticados. Os argumentos são consistentes: o setor negocia com desconto face ao mercado alargado, o ETF de referência valorizou cerca de 50% desde que rompeu em alta em outubro de 2025, a expiração de patentes da grande farmacêutica atinge máximos históricos e empurra-a para aquisições e a atividade de fusões projetada para 2026 é recorde. O nosso entendimento é de convicção qualificada: a saúde no seu todo oferece um perfil defensivo, barato e apoiado na demografia, mas a biotecnologia é uma aposta táctica de beta elevado, com um movimento ascendente já maduro e vulnerável a correções violentas, que diversifica apenas enquanto a rotação for ordenada, porque numa fase de aversão generalizada ao risco cairia com tudo o resto. A variável a vigiar é, mais uma vez, o binómio entre inflação e política monetária.

Para as empresas, a ordem de prioridades inverteu-se em relação à década passada. A primeira é a tesouraria, aproveitando as janelas de financiamento quando abrem e sem pressupor que futuros cortes de taxas de juro resolverão sozinhos os problemas de refinanciamento. A segunda é a defesa das margens, através de mecanismos de atualização de preços, revisão dos custos energéticos e disciplina no capital circulante. A terceira é a resiliência operacional, incorporando nos planos de continuidade aquilo que o semestre tornou tangível: ondas de calor, escassez de mão de obra e interrupções no acesso ao financiamento deixaram de ser hipóteses remotas.

No património privado, a premissa de inflação de longo prazo merece revisão. Planear com 3% a 3,5%, em vez de assumir o regresso permanente aos 2%, altera as necessidades de poupança e a avaliação dos rendimentos futuros. Uma combinação prudente de obrigações indexadas, ativos reais, ações de qualidade e liquidez diversificada responde melhor a um ambiente de maior volatilidade do que a carteira equilibrada convencional, construída para um mundo em que a

duração protegia. Quem pretenda exposição a criptoativos deve privilegiar veículos regulados, custódia robusta e documentação clara da origem dos fundos, não por moda, mas porque o próprio enquadramento regulatório passou a exigir.

Conclusão: tendências fortes, não destinos inevitáveis

O semestre reforçou três ideias. A primeira é que o stress soberano é um regime duradouro, que se manifesta em taxas de juro reais mais altas, maior prémio de prazo e menor liberdade orçamental, e não num evento súbito de incumprimento. A segunda é que a inflação não regressou de forma convincente ao padrão anterior à pandemia, o que retira aos bancos centrais o papel de rede de segurança automática dos mercados e obriga cada carteira a proteger-se por si. A terceira é que o rearmamento europeu, a recomposição industrial alemã e a adaptação climática são políticas de mais de uma década, que vão redirecionar capital, emprego e capacidade produtiva de forma persistente.

O segundo semestre pede atenção a sinais precisos, mais úteis do que a sucessão diária de manchetes: os diferenciais entre a dívida soberana europeia, a relação entre inflação e emprego nos Estados Unidos, os leilões de obrigações e os fluxos de capital japoneses, a evolução do petróleo e de Ormuz e a intensidade das ameaças híbridas no flanco oriental. São eles que dirão se os riscos permanecem controlados ou se começam a tornar-se sistémicos.

A prudência não obriga à dramatização. O reforço do controlo financeiro não conduz automaticamente a controlos de capitais, a normalização japonesa não implica uma crise soberana e o investimento europeu em defesa não torna a guerra inevitável. Ignorar estas tendências seria, porém, tão imprudente quanto exagerá-las. Entre a complacência e o alarmismo, a resposta que defendemos é uma defesa proporcional: menor dependência de dívida longa, proteção contra a inflação, liquidez suficiente, diversificação operacional e exposição seletiva aos setores que beneficiam das novas prioridades públicas. No semestre que terminou não houve colapso, mas as regras do novo regime, que já está em formação, ficaram bastante mais nítidas.

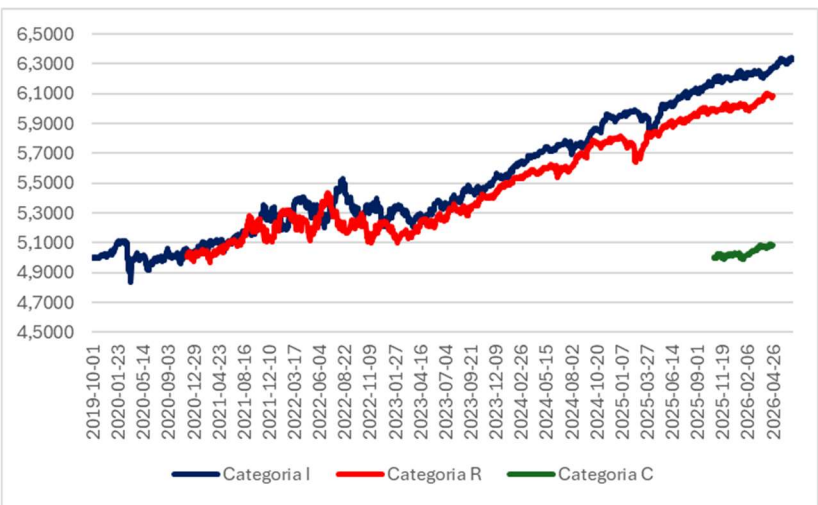
1.2 Principais características do fundo

Entidade Gestora	SIXTY DEGREES - SGOIC, S.A. Avenida João Crisóstomo, 30 6º E 1050-127 Lisboa
Data de Início do Fundo	01/10/2019
Tipo de Fundo	PPR/Flexível / Aberto
Região de Investimento	Global
Política de Rendimentos	Capitalização
Objetivo do Fundo	O objetivo principal do Fundo é o de proporcionar aos seus participantes o acesso a uma carteira de ativos maioritariamente constituída por ações e obrigações de taxa fixa e de taxa indexada, sendo a sua política de aplicações norteada por critérios de diversificação de risco e potencial de valorização a médio e longo prazo.
Política de Investimentos	O fundo tem uma política de investimentos diversificada maioritariamente constituída por ações, obrigações de Estados e Empresas (<i>Investment Grade</i> ou <i>High Yield</i>), instrumentos monetários, fundos e derivados, sendo a sua política de aplicações norteada por critérios de potencial valorização a médio e longo prazo e de diversificação das fontes de risco. Pela sua tipologia, Fundo Flexível, os investimentos nas várias classes de ativos podem oscilar entre 0 e 100%.

1.3 Evolução do fundo

Evolução Histórica

O fundo iniciou a sua atividade a 01 de outubro de 2019, tendo as unidades de participação demonstrado a seguinte evolução até 30 de junho de 2026:



Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Performances, Volatilidades e níveis de Risco desde o início do fundo

Ano	Categoria	Performance	Volatilidade Anualizada ²	ISR ¹
2019	I	+0,40%	8.31%	4
2020	I	+0,12%	6.76%	4
	R	-	-	-
2021	I	5.95%	5.54%	4
	R	5.00%	8.33%	4
2022	I	-1.99%	5.83%	4
	R	-2.56%	8.37%	4
2023	I	6.03%	5.69%	3
	R	5.50%	5.71%	3
2024	I	7.43%	3.32%	2
	R	6.91%	3.30%	2
2025	I	4.44%	3.33%	2
	R	3.90%	3.31%	2
	C	-	-	2
2026 - 1º semestre	I	2.06%	2.95%	2
	R	1.79%	2.92%	2
	C	1.77%	8.05%	3

¹ A partir do exercício de 2023, o Fundo deixou de calcular o Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) que mede o risco de variação de preços das unidades de participação do Fundo com base na volatilidade verificada nos últimos 5 anos. Por ser equiparado a um *Packaged Retail Investment and Insurance-Based Product* (PRIIP) ao abrigo da legislação europeia, o Fundo passou a apresentar o cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

O ISR constitui uma orientação sobre o nível de risco deste produto quando comparado com outros produtos. Mostra a probabilidade de o produto sofrer perdas financeiras, no futuro, em virtude de flutuações dos mercados. Classificamos este produto na categoria 2 numa escala de 1 a 7, que corresponde a uma categoria de risco baixo. Este Indicador não inclui os riscos de Rendimento, Operacional, Fiscal, Derivados, Cambial, Liquidez ou outros, que possam afetar o desempenho do Fundo. Este produto não prevê qualquer proteção contra o comportamento futuro do mercado, pelo que poderá perder uma parte ou a totalidade do seu investimento. Sempre que aplicável a alguma Categoria do Fundo, dada a ausência de histórico para aplicar a metodologia de cálculo do Indicador Sumário de Risco (ISR), foi construída uma carteira que julgamos ser representativa da carteira tipo do Fundo no médio e longo prazo. Sendo um Fundo de alocação flexível, foi decidido alocar 50% da carteira a ações globais, 40% a obrigações de todo o mundo (corporate e governos) e 10% a aplicações do mercado monetário.

² Para o período compreendido entre 2019 e 2022, o valor em percentagem da volatilidade subjacente é calculado de acordo com as regras do Indicador Sintético de Risco e de Remuneração (ISRR) para um período histórico de 5 anos. A partir de 2023, o campo em referência é preenchido com o valor da volatilidade subjacente à medida de risco de mercado (MRM) associada ao Indicador Sumário de Risco (ISR) conforme Regulamento Delegado (EU) 217/653, da Comissão, de 08 de março.

Alocação de Ativos – junho de 2026

Exposição por Classe de Ativos	
Ações	57%
Ações via Futuros de Ações (1)	40%
Obrigações Soberanas	30%
Obrigações <i>Corporate</i>	2%
Commodities	3%
Papel Comercial	4%
Liquidez	4%

(1) Valor notional dos derivativos

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Exposição Geográfica (excluindo Liquidez)	
Estados Unidos da América	77.7%
Portugal	18.7%
Alemanha	1.1%
	%
	%
Global (Países desenvolvidos)	2.5%

Exposição Cambial	
Euro (EUR)	75%
Dólar Estados Unidos da América (USD)	25%

Unidade de Participação

Ano	VLGF	Categoria	Unidades em Circulação	Valor da UP
2020	7.036.946,49	I	1.400.153,65	5,0258
2021	8.294.994,83	I	1.424.272,77	5,3250
		R	135.369,66	5,2500
2022	8.095.731,07	I	1.384.038,73	5,2193
		R	170.476,95	5,1155
2023	9.348.980,72	I	1.429.734,26	5,5340
		R	266.229,28	5,3970
2024	11.653.686,90	I	1.451.411,85	5,9452
		R	524.233,09	5,7699
2025	16.521.547,03	I	1.781.158,99	6,2094
		R	906.394,15	5,9951
		C	5.554,41	4,9989
2026 -1º Semestre	18.681.858,93	I	1.779.770,27	6,3371
		R	1.138.942,66	6,1027
		C	88.972,35	5,0873

Custos

% da Comissão	
Imputáveis diretamente ao participante	
Comissão de Subscrição	Não existe
Comissão de reembolso (nas condições legais)	0%
Comissão de reembolso (fora das condições legais)	Categoria I - 0% Categoria R - 0% Categoria C - 0%
Imputáveis diretamente ao fundo	
Comissão de gestão fixa (anual) ¹	Categoria I - 1.00% Categoria R - 1.50% Categoria C - 1.50%

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Comissão de gestão variável (anual)	20% da diferença entre a rentabilidade anual do fundo, se positiva, e o máximo entre zero e valor da Euribor a 12m, divulgada no último dia útil do ano anterior, adicionada de 2% ao ano
Comissão de depósito (anual)	0,15% ao ano ou 0,13% ao ano se VLGF superior a EUR 20 milhões
Taxa de supervisão (mensal)	0,0012% com mínimo de 100€ e Máximo de 12.500€
Custos de Auditoria	4.612,50€/ano (Os custos de auditorias exigidas por lei ou regulamento)
Custos de <i>research</i> (anual)	Com Máximo de 0,10% calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano.
Despesas com apoio jurídico fora da jurisdição Portuguesa	Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
Taxa de encargos correntes	Categoria I - 0.66% Categoria R – 0.91% Categoria C – 0.93%

¹ O Fundo remunera as entidades comercializadoras de acordo com a repartição prevista no ponto 5.1.2 do respetivo prospeto.

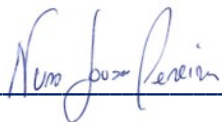
Risco e Compliance

No 1º semestre de 2026, e da monitorização diária dos limites de investimento, que decorrem das disposições legais e dos documentos constitutivos, verificados e confirmados com o cálculo do valor líquido global do fundo e da unidade de participação, pela equipa do Compliance com suporte da aplicação informática onde os planos de limites estão parametrizados, não foram detetadas, para o período em referência, quaisquer situações que tivessem colocado em causa a gestão do fundo ou os seus participantes. Todos os incumprimentos, passivo ou ativo, são comunicados de imediato à equipa responsável pela gestão para justificação obrigatória e eventual resolução imediata. As situações detetadas, uma situação, foi analisada tendo sido classificadas como passiva, enquadrando-se dentro das situações previstas no artigo 74º do Regulamento 07/2023. No que respeita ao controlo de risco de Liquidez da carteira, tendo em consideração o modelo implementado, de forma a monitorizar a sua capacidade para fazer face a resgates elevados, através da combinação entre a liquidez requerida e a disponível, ou seja, definir a parte do choque de resgate que pode ser gerida através da venda de ativos bem como os custos associados à obtenção dessa liquidez, concluiu-se que a equipa de gestão, tendo por base os testes efetuados sobre a carteira de 30 de junho, consegue gerar a liquidez necessária para cumprir com as responsabilidades do fundo, dentro do ciclo de resgate estabelecido.

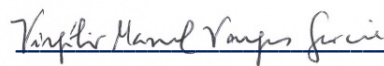
Eventos suscetíveis de criar impactos nos mercados financeiros

Os investidores nos fundos da Sixty conhecem bem o nível de preocupação que a Sociedade Gestora tem com a preservação do capital que lhes é confiado para gestão. Numa situação normal de mercado, privilegiamos sempre, sempre a segurança. Ora esta postura é naturalmente reforçada em situações de crise e em especial no enquadramento global em que vivemos, onde alguns acontecimentos políticos e militares acabam por ter impacto no funcionamento dos mercados financeiros. As indescritíveis tragédias humanas que assistimos com a guerra na Ucrânia e em Gaza, mantêm por outro lado em aberto, interrogações sobre por onde podem ir os

mercados da energia, e com eles a economia. Estas são algumas das preocupações que as equipas de investimento da Sixty acompanham de perto e em permanência, junto com as variáveis financeiras habituais.



Nuno Sousa Pereira
(Vogal do Conselho de Administração)



Virgílio Garcia
(Vogal do Conselho de Administração)

Lisboa, 21 de agosto de 2026

2 Balanço e Demonstrações Financeiras

2.1 Balanço a 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

BALANÇO

Valores em Euro

ATIVO							CAPITAL E PASSIVO						
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2026			31/12/2025	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NOTAS	30/06/2026	31/12/2025		
			Bruto	+ Valia	- Valia	Líquido							
CARTEIRA DE TÍTULOS							CAPITAL OIC						
21	Obrigações	3	6 536 845	34 453	50 724	6 520 573	7 276 701	61	Unidades de Participação	1	16 181 990	14 356 350	
22	Ações	3	5 333 460	1 722 214	209 488	6 846 185	4 818 048	62	Variações Patrimoniais	1	(13 720)	(13 720)	
23	Outros Títulos de Capital		-	-	-	-	-	64	Resultados Transitados	1	2 178 917	1 562 840	
24	Unidades de Participação	3	3 403 797	1 240 952	50 461	4 594 288	3 344 910	65	Resultados Distribuídos	1	-	-	
25	Direitos	3	15 670	-	15 670	-	-	66	Resultado Líquido do Exercício	1	334 672	616 077	
26	Outros Instrumentos de Dívida	3	-	-	-	-	-	67	Dividendos Antecipados das SIM		-	-	
TOTAL DE CARTEIRA DE TÍTULOS			15 289 772	2 997 618	- 326 343	17 961 047	15 439 659	TOTAL DE CAPITAL DO FUNDO			18 681 859	16 521 547	
CONTAS DE TERCEIROS							CONTAS DE TERCEIROS						
411+...+418	Contas de Devedores	18	356 947	-	-	356 947	59 109	421	Resgates a Pagar a Participantes	18	3	3	
TOTAL DE VALORES A RECEBER			356 947	-	-	356 947	59 109	422	Rendimentos a Pagar a Participantes		-	-	
DISPONIBILIDADES							423	Comissões a Pagar	18	21 954	19 135		
11	Caixa	4	-	-	-	-	-	424+...+429	Outras Contas de Credores	18	363 336	8 922	
12	Depósitos a Ordem	4	709 172	-	-	709 172	1 018 416	43	Empréstimos Obtidos	18	-	-	
13	Depósitos a Prazo e com pré-aviso	4	-	-	-	-	-	TOTAL DE VALORES A PAGAR				385 293	28 061
14	Certificados de Depósito	4	-	-	-	-	-	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
18	Outros Meios Monetários	4	-	-	-	-	-	55	Acréscimos de Custos	17	1 343	1 343	
TOTAL DE DISPONIBILIDADES			709 172	-	-	709 172	1 018 416	58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	4	4	
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS							TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS						
51	Acréscimos de Proveitos	17	30 707	-	-	30 707	32 208	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO				19 068 499	16 550 955
58	Outros Acréscimos e Diferimentos	17	10 627	-	-	10 627	1 562						
TOTAL DE ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			41 334	-	-	41 334	33 770						
TOTAL DO ACTIVO			16 397 225	2 997 618	- 326 343	19 068 499	16 550 955						

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salveteiro Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Nuno João Pereira Virgílio Manuel Vazquez Garcia

CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Valores em Euro

DIREITOS SOBRE TERCEIROS				RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS		CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	PERIODOS	
		30/06/2026	31/12/2025			30/06/2026	31/12/2025
OPERAÇÕES SOBRE COTAÇÕES				OPERAÇÕES CAMBIAIS			
911	À vista	4 801 818	3 425 983	911	À vista	-	-
935	Futuros	161 729	2 543 096	935	Futuros	3 218 983	3 218 983
	TOTAL	4 963 548	5 969 079			3 218 983	3 218 983
TOTAL DOS DIREITOS		4 963 548	5 969 079	TOTAL DAS RESPONSABILIDADES		3 218 983	3 218 983
CONTAS DE CONTRAPARTIDA		-	-	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		1 744 564	2 750 096

Rui Filipe Salvaterra Pires

Nuno João Pereira Vinícius Manuel Vazquez Garcia

2.2 Demonstração de Resultados referente ao período findo em 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Valores em Euro

Custos e Perdas		Período Corrente	Período Anterior	Proveitos e Ganhos		Período Corrente	Período Anterior
Designação	Notas	30/06/2026	30/06/2025	Designação	Notas	30/06/2026	30/06/2025
CUSTOS E PERDAS CORRENTES				PROVEITOS E GANHOS CORRENTES			
Juros e Custos Equiparados				Juros e Proveitos Equiparados			
Da Carteira de Títulos e outros ativos	5	-	-	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	75 820,68	51 605
De Operações Correntes	5	216	159	De Operações Correntes	5	-	-
Comissões e taxas				Rendimentos de Títulos e Outros Ativos			
Da Carteira de Títulos e outros ativos	5	2 615	1 726	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	53 359,09	38 399
Outras, de Operações Correntes	5, 15	116 538	89 734	Outras, de Operações Correntes		-	-
Perdas em Operações Financeiras				Ganhos em Operações Financeiras			
Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	6 292 106	3 841 764	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	5	7 080 735,76	4 221 249
Em Operações Extrapatrimoniais	5	6 363 779	5 719 545	Em Operações Extrapatrimoniais	5	5 906 403,73	5 617 604
Impostos				Outros Proveitos e Perdas Correntes			
Impostos sobre o rendimento	9	7 927	5 408	Outros Proveitos e Perdas Correntes	5	8 556,69	10 224
Impostos Indiretos	9	4 611	3 548				
Outros Custos e Perdas Correntes							
Outros Custos e Perdas Correntes	5, 15	2 412	17 348				
TOTAL DOS CUSTOS E PERDAS CORRENTES		12 790 204	9 679 232	TOTAL DOS PROVEITOS E GANHOS CORRENTES		13 124 876	9 939 080
RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		334 672	259 848	RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO		-	-
TOTAL		13 124 876	9 939 080			13 124 876	9 939 080
Resultados da Carteira de Títulos		915 195	467 762	Resultados Eventuais		0,00	0
Resultados das Operações Extrapatrimoniais		-457 375	-101 941	Resultados Antes de Imposto s/o Rendimento		347 210,30	268 805,10
Resultados Correntes		347 210	268 805	Resultados Líquidos do Período		334 671,56	259 848,24

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

2.3 Demonstração Fluxos de Caixa - referente ao período findo em 30 de junho de 2026

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Valores em Euro

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	De 2026-01-01 a 2026-06-30 (EUR)	De 2025-01-01 a 2025-06-30 (EUR)
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
Recebimentos:		
Subscrição Unid.Part	3 664 248	4 696 981
Resgate Unid. Part	1 783 838	1 557 182
	1 880 410	3 139 799
Fluxo das OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC	1 880 410	3 139 799
OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS		
Recebimentos:		
Vendas Tít.e Out.Ativos	13 792 363	86 829
Rendim.Tít.e Out.Act	6 331 369	1 574 538
Juros e Prov.Similar		0
	20 123 732	1 661 367
Pagamentos:		
Compra Tít.e Out.Ativos	21 717 742	4 014 116
Juros e Cust.Similar	0	0
Comiss. de Corret.	0	0
Outras Comis.e Taxas	0	0
Out.Pag.Cart.Tit.		
	21 717 742	4 014 116
Fluxo das OPERAÇÕES DA CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ACTIVOS	-1 594 010	-2 352 749
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
Recebimentos:		
Oper. Cambiais	2 611 556	2 118 843
Oper. s/Cotações	3 294 111	3 484 883
	5 905 668	5 603 726
Pagamentos:		
Oper. Cambiais	2 308 890	2 983 497
Oper. s/Cotações	4 054 889	2 736 047
Out.Pag.Op.Prazo	1 086	822
	6 364 865	5 720 367
Fluxo das OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS	-459 197	-116 641
OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE		
Recebimentos:		
Juros de Depos.Banc.	0	0
Outros	0	0
	0	0
Pagamentos:		
Comissão de Gestão	103 827	78 106
Comissão de Depósito	13 285	10 438
Impostos e Taxas	9 147	6 529
Outras despesas	10 188	3 983
	136 447	99 055
Fluxo das OPERAÇÕES GESTÃO CORRENTE	-136 447	-99 055
Saldo dos Fluxos de Caixa do Período:	-309 244	571 354
Efeitos das Diferenças de Cambio:	0	0
Disponibilidades no Início do Período:	1 018 416	721 783
Disponibilidades no Fim do Período:	709 172	1 293 137

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Rui Filipe Salvaterra Pires

A ADMINISTRAÇÃO

Nuno João Pereira

Vinícius Manuel Vazquez Garcia

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

3 Divulgações

3.1 Anexos às demonstrações financeiras

Introdução

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei n.º 27/2023 de 28 de abril que aprova o Regime da Gestão de Ativos e do regulamento da CMVM 7/2023, de 29 de dezembro que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2024.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Os juros corridos relativos a títulos adquiridos são registados na rubrica “Juros e custos equiparados”, atendendo a que a periodificação dos juros a receber é efetuada desde o início do período de contagem de juros dos respetivos títulos.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

Os valores mobiliários em carteira são avaliados ao seu valor de mercado, ou presumível valor de mercado, de acordo com as seguintes regras:

Valorização da carteira e da unidade de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do Fundo pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram o montante de comissões e encargos suportados até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor líquido global do Fundo é apurado de acordo com as seguintes regras:
 - i. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado, de acordo com as regras referidas no ponto seguinte, sendo o momento de referência dessa valorização as 18 horas para a generalidade dos instrumentos financeiros (valores mobiliários, mercado monetário, ETFs e derivados) e as 22 horas para unidades de participação em Fundos e ações, ETFs e instrumentos financeiros derivados sob ações e/ou índices de ações admitidos à negociação no continente americano. No que respeita à valorização de títulos de dívida se em casos excecionais, motivados designadamente por

falhas técnicas, não for possível obter preços às 18h00, será considerado um momento de referência o mais próximo possível a seguir às 18h00 em que seja possível obter os respetivos preços.

- ii. A composição da carteira do Fundo a considerar em cada valorização diária será a que se verificar no momento de referência desse dia para os respetivos ativos, salvo no caso das operações realizadas em mercados estrangeiros, em que poderão ser considerados os valores resultantes de transações efetuadas até ao final do dia anterior;
- iii. Para valorização dos ativos cotados em moeda estrangeira, será considerado o câmbio de divisas divulgadas pelo Banco de Portugal ou por agências internacionais de informação financeira mundialmente reconhecidas, no momento de referência de valorização da carteira aplicado aos instrumentos financeiros admitidos à negociação no continente americano;
- iv. O valor líquido global do Fundo é apurado deduzindo à soma dos valores que o integram a importância dos encargos efetivos ou pendentes, até à data da valorização da carteira. Para esse efeito, são considerados os seguintes encargos imputáveis ao Fundo: despesas inerentes às operações de compra e venda de ativos, encargos legais, judiciais e fiscais, a taxa de supervisão, a comissão de gestão, a comissão de depósito, custos de registo, custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento e custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP

a) Valores mobiliários

- i. A valorização dos valores mobiliários admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação disponível no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo. Não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho disponível, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização. Encontrando-se negociados em mais do que um mercado, o valor a considerar na avaliação dos instrumentos financeiros reflete o preço praticado no mercado onde os mesmos são normalmente transacionados pela Sociedade Gestora.
- ii. Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os títulos são considerados como não cotados para efeito de valorização e serão aplicados os seguintes critérios:

A valorização de instrumentos financeiros não admitidas à cotação ou negociação em mercados regulamentados será efetuada com base no valor médio das ofertas de compra e venda firmes disponibilizada para o momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo ou, na sua falta, com base no valor médio das ofertas de compra e venda difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro e sejam conhecidos os critérios de composição e ponderação ou no valor médio das ofertas de

compra, difundidas através de entidades especializadas, caso não se verifiquem as condições referidas na alínea anterior. Na impossibilidade de utilização dos critérios anteriores, recorrer-se-á a modelos teóricos, tais como o modelo dos *cash-flows* descontados, EVA models e comparáveis de mercado que sejam considerados adequados pela Sociedade Gestora para as características do ativo a valorizar.

Excetua-se o caso de instrumentos financeiros(ações) em processo de admissão à cotação a um mercado regulamentado, em que se o valor a atribuir pela entidade gestora corresponderá à última cotação conhecida no momento de referência das ações da mesma espécie, emitidas pela mesma entidade e admitidas à cotação, tendo em consideração as características de fungibilidade e liquidez entre as emissões.

No caso de valores representativos de dívida e quando a Sociedade Gestora considere que, designadamente por falta de representatividade das transações realizadas no mercado em que esses valores estejam cotados ou admitidos à negociação, a cotação não reflita o seu presumível valor de realização ou nos casos em que esses valores não estejam admitidos à cotação ou negociação numa bolsa de valores ou mercado regulamentado, será utilizada a cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o presumível valor de realização dos títulos em questão no momento de referência. Essa cotação será procurada, alternativamente nas seguintes fontes:

- 1) Em sistemas internacionais de informação de cotações como, a Bloomberg, a Reuters ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora;
- 2) Junto de entidades especializadas, para determinação da média das ofertas de compra e venda firmes dos títulos em questão, ou na impossibilidade da sua obtenção no valor médio das ofertas de compra e de venda, difundidas através de entidades especializadas (preços indicativos), caso as mesmas se apresentem em condições normais de mercado, nomeadamente tendo em vista a transação do respetivo instrumento financeiro. Caso não se verifiquem as condições anteriores a avaliação será efetuada tendo por base o valor médio das ofertas de compra, difundidas através de entidades especializadas;

Para os efeitos estabelecidos nos anteriores 1) e 2) apenas são elegíveis:

- a) As ofertas de compra firmes de entidades que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a entidade responsável pela gestão;
 - b) As médias que não incluam valores resultantes de ofertas das entidades referidas na alínea anterior ou cuja composição e critérios de ponderação não sejam conhecidos.
- 3) Através de fórmulas de valorização baseadas em modelos teóricos de avaliação de obrigações, onde os fluxos de caixa estimados para a vida remanescente do título são descontados a uma taxa de juro que reflita o risco associado a esse investimento específico, recorrendo-se ainda à comparação direta com títulos semelhantes para aferir da validade da valorização.

b) Instrumentos do mercado monetário

Tratando-se de instrumentos do mercado monetário, sem instrumentos financeiros derivados incorporados, que distem menos de 90 dias do prazo de vencimento, pode a entidade responsável pela gestão considerar para efeitos de avaliação o modelo do custo amortizado, desde que:

- i. Os instrumentos do mercado monetário possuam um perfil de risco, incluindo riscos de crédito e de taxa de juro, reduzido;
- ii. A detenção dos instrumentos do mercado monetário até à maturidade seja provável ou, caso esta situação não se verifique, seja possível em qualquer momento que os mesmos sejam vendidos e liquidados pelo seu justo valor;
- iii. Se assegure que a discrepância entre o valor resultante do método do custo amortizado e o valor de mercado não é superior a 0,5%.

c) Instrumentos derivados

- i. Na valorização de instrumentos derivados admitidos à negociação em mercados regulamentados, utilizar-se-á o último preço divulgado pelos respetivos mercados no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo, i.e. o *settlement price* corresponde ao dia da valorização;
- ii. Não existindo cotação porque se trata de um instrumento derivado não admitido à negociação, ou no caso de a cotação existente não ser considerada representativa pela Sociedade Gestora utilizar-se-á, alternativamente, uma das seguintes fontes:
 1. Os valores disponíveis no momento de referência do dia em que se esteja a proceder à valorização da carteira do Fundo das ofertas de compra e venda difundidas por um *market-maker* da escolha da Sociedade Gestora;
 2. Fórmulas de valorização que se baseiem nos modelos teóricos usualmente utilizados que, no entender da Sociedade Gestora sejam consideradas mais adequadas às características do instrumento a valorizar. Estes modelos traduzem-se no cálculo do valor atual das posições em carteira através da atualização dos *cash-flows* a receber no futuro, líquidos dos pagamentos a efetuar, descontados às taxas de juro implícitas na curva de rendimentos para o período de vida do instrumento em questão.

Comissão de subscrição

O OIC está isento de comissão de subscrição.

Comissão de reembolso

O OIC está isento de comissão de reembolso.

Comissão de gestão

Valor da comissão:

A comissão de gestão tem uma componente fixa (i) e uma componente variável (ii) aplicando-se a cada categoria os seguintes valores:

- i. Componente Fixa:

- Categoria I - A comissão de gestão é de 1% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.
- Categoria R - A comissão de gestão é de 1,50% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora.
- Categoria C – A comissão de gestão é de 1.50% ao ano e reverte a favor da Sociedade Gestora

ii. Componente Variável: A comissão variável corresponderá a 20% da diferença positiva entre a valorização do Fundo e o desempenho do seguinte compósito: Euribor a 12m, divulgada no último dia útil do ano anterior, adicionada de 2% ao ano.

Modo de cálculo da comissão:

Componente Fixa:

A comissão é calculada diariamente sobre o valor líquido global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Componente Variável:

Para efeitos de cálculo do Valor Líquido Global do Fundo, a diferença entre o desempenho líquido do Fundo e o desempenho do referido compósito será calculada nominalmente numa base diária. Com base neste cálculo diário, será fixada uma comissão variável nominal positiva ou negativa, atribuída para uma conta de reservas. Periodicamente, qualquer saldo positivo desta conta de reserva fará reduzir o Valor Líquido Global do Fundo que for aplicável. Os acréscimos nominais (positivos ou negativos) diários da comissão de desempenho são englobados com o objetivo de determinar o resultado positivo ou negativo no final do ano. Se o resultado no final do ano for negativo, não haverá lugar ao pagamento da comissão de desempenho. O resultado negativo no final do ano não será, contudo, transportado para o exercício seguinte.

Apenas será cobrada a comissão variável se o Fundo tiver uma valorização positiva no ano.

Para efeito de cálculo e cobrança da comissão variável será considerado o período de um ano civil. O cálculo da comissão variável, corresponde ao período entre a data de início do exercício, 01 de janeiro e a data do seu encerramento. O parâmetro de referência para o cálculo da comissão no período corresponde à Euribor a 12 meses divulgada no dia útil anterior ao início do fundo, acrescida de 2% ao ano.

É definido um Valor de Referência Máximo (High Water Mark) como o Valor da Unidade de Participação do Fundo mais elevada em qualquer período precedente, relativamente ao qual foi calculada e paga uma comissão variável (desempenho).

Com base neste cálculo diário, será fixada, por categoria, uma comissão variável nominal positiva ou negativa, atribuída para uma conta de reservas. Periodicamente, qualquer saldo positivo desta conta de reserva fará reduzir o Valor Líquido Global do Fundo que for aplicável. Os acréscimos nominais (positivos ou negativos) diários da comissão de desempenho são englobados com o objetivo de determinar o resultado positivo ou negativo no final do ano. Se o resultado no final do ano for negativo, não haverá lugar ao pagamento da comissão de desempenho. O resultado negativo no final do ano não será, contudo, transportado para o exercício seguinte.

O período standard para o cálculo da comissão é de 12 meses. Se, no final do período de avaliação, for devida uma comissão, esta será paga e dar-se-á início a um novo período de avaliação de 12 meses. Se, no final de um período de avaliação, 12 meses, ou períodos subsequentes, não for devida qualquer comissão variável, o período de avaliação será prolongado por sucessivos períodos de 12 meses até um máximo de 60 meses.

Decorridos cinco períodos standard, terá início um novo período de avaliação, independentemente de ser ou não devida qualquer comissão variável. Todas as categorias do Fundo estão sujeitas ao mesmo período de avaliação da comissão variável. O período é de 12 meses e inicia-se independentemente de ser ou não devida qualquer comissão variável a título do período anterior.

Apenas será cobrada a comissão variável se o Fundo/categoria obtiver uma valorização positiva no ano. A comissão variável acresce diariamente ao cálculo do VLGF. Durante o período de avaliação, comissões previamente acumuladas serão anuladas por quaisquer subsequentes piores desempenhos.

Se, durante um período de avaliação da comissão, forem liquidados montantes a título de resgate, qualquer comissão variável, acumulada até esse momento, é considerada como realizada, sendo a parte da comissão variável que lhe corresponde deduzida do montante a liquidar ao investidor. A comissão variável acumulada é liquidada à Sociedade Gestora no final de cada período de avaliação standard.

O cálculo da comissão variável é realizado de forma independente para cada categoria de Unidades de participação.

Comissão de Depósito

A comissão de depositário é de 0,15% anual, passando a 0,13% anual se o valor líquido global do fundo for superior a 20 Milhões de euros.

Modo de cálculo da comissão: A comissão é calculada diariamente sobre o valor global do Fundo, tratando-se de uma taxa nominal.

Condições de cobrança da comissão: A comissão de depositário é cobrada mensal e postecipadamente até ao final do mês seguinte.

Custos de realização de estudos de investimento (*research*)

Constituem encargos do OIC os custos de realização de estudos de investimento (*research*). Para este efeito apenas serão encargos do OIC os custos que correspondam a serviços efetivamente prestados ao OIC.

A Sixty Degrees estabeleceu internamente um sistema de verificação das necessidades, dos fundos por si geridos, de contratação de serviços para a realização de estudos de investimento.

Estes custos encontram-se refletidos na taxa de encargos correntes, com um máximo de 0,10%/ano, calculados com base no VLGF referente ao fecho do ano anterior.

Os participantes poderão obter informações adicionais respeitantes ao orçamento para custos com a realização de estudos de investimento junto da Sixty Degrees.

O relatório e contas anual inclui informação quantitativa sobre os custos de realização de estudos de investimento.

Outros encargos

Para além das comissões de gestão e de depositário o Fundo suporta os seguintes encargos calculados diariamente:

- a) Os encargos fiscais que lhes sejam imputáveis.
- b) As despesas relativas à compra e à venda dos valores do seu património e relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros a prazo, empréstimos e reportes, incluindo-se nestas despesas as taxas de bolsa e de corretagem.
- c) A taxa de supervisão de 0,0012% paga à CMVM, que incide sobre o valor líquido global, no último dia de cada mês, de cada um dos OIC geridos pela mesma, não podendo a coleta ser inferior a € 100 nem superior a € 12 500, majorada de acordo com a Portaria n.º 342-A/2016, de 29 de dezembro.
- d) Os custos emergentes das auditorias exigidas por lei ou regulamento.
- e) Os custos legais ou judiciais decorrentes de questões relacionadas com os ativos detidos pelo Fundo.
- f) Custos relativos à emissão de código LEI e documentos de circularização solicitados ao Banco Depositário do fundo para efeitos de encerramento de contas.

O Fundo não suportará encargos relativos a quaisquer outras remunerações de consultores da Sociedade Gestora ou de sub-depositários.

Para além dos custos acima referidos, poderão existir outros custos e encargos, resultantes do cumprimento de obrigações legais que o fundo tenha de cumprir.

Regime Fiscal

Os rendimentos obtidos por Fundos Poupança Reforma, constituídos e que operem de acordo com a legislação nacional estão isentos de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento, de acordo com o definido no artigo 21º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF). Poderão ser tributados autonomamente, à taxa de 21,5%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do Fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

Nota 1 – Capital do Fundo

O património do OIC é representado por valores mobiliários que representam direitos de conteúdo idêntico, sem valor nominal, a uma fração daquele património que se designam unidades de participação.

As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural, sendo admitido o seu fracionamento para efeitos de subscrição, resgate ou reembolso.

O movimento ocorrido no capital do Fundo, durante o período de referência findo a 30 de junho de 2026, apresenta o seguinte detalhe:

Descrição	No início	Subscrições	Resgates	Outros	Resultados do Exercício	No fim
Valor Base	14 356 350	3 612 039	1 786 398	-	-	16 181 990
Diferença p/Valor Base	(13 720)	-	-	-	-	(13 720)
Resultados Distribuídos	-	-	-	-	-	-
Resultados Acumulados	1 562 840	-	-	-	616 077	2 178 917
Resultados do Período	616 077	-	-	(616 077)	334 672	334 672
Soma	16 521 547	3 612 039	1 786 398	(616 077)	950 748	18 681 859

A evolução do valor do Fundo durante o período de referência findo a 30 de junho de 2026 foi o seguinte

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC – Categoria I

(em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UPCirculação
Ano 2026			
Jan	11 302 947,53	6,2064	1 821 186,54
Fev	11 506 712,61	6,2412	1 843 662,95
Mar	11 469 419,41	6,2318	1 840 462,95
Abr	10 916 243,13	6,2823	1 737 611,00
Mai	11 241 968,63	6,3165	1 779 770,27
Jun	11 278 601,50	6,3371	1 779 770,27

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC – Categoria R

(em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UPCirculação
Ano 2026			
Jan	5 659 026,03	5,9895	944 820,43
Fev	5 808 756,73	6,0208	964 784,87
Mar	5 823 699,18	6,0091	969 154,46
Abr	5 968 276,23	6,0552	985 647,35
Mai	6 966 850,90	6,0855	1 144 834,53
Jun	6 950 627,76	6,1027	1 138 942,66

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC – Categoria C

(em euro)

	VLGF	Valor UP	Nº de UPCirculação
Ano 2026			
Jan	27 743,57	4,9949	5 554,41
Fev	27 888,41	5,0209	5 554,41
Mar	70 941,21	5,0112	14 156,61
Abr	205 114,02	5,0488	40 626,60
Mai	258 808,94	5,0724	51 022,65
Jun	452 629,67	5,0873	88 972,35

Nota 2 – Transações de valores Mobiliários no período

Para o período de referência, findo a 30 de junho de 2026, as transações de valores mobiliários efetuados pelo Fundo apresentaram a seguinte composição:

	Compras (1)	Vendas (2)	Amortizações (3)	Total (1)+(2)
	Mercado	Mercado		Mercado
Acções	1 705 764	333 782		2 039 545
Obrigações	16 492 359	342 825	9 052 753	25 887 938
Unidades de Participação	842 302			842 302
Contrato de Futuros	2 356 254	2 641 441		4 997 695

Durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2026, não foi cobrada qualquer comissão de subscrição e resgate.

	Valor	Comissoes Cobradas
Subscrições	3 612 039	-
Resgates	1 786 398	-

Nota 3 – Carteira de Títulos e Disponibilidades

O detalhe da carteira de títulos, a 30 de junho de 2026 é apresentado como se segue:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

30/06/2026

Descrição dos Títulos	Preço de aquisição	Mais valias Capital	Menos valias	Mais valias Cambial	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	Soma
1 - VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS								
1.1 - Mercado de Bolsa Nacional								
1.1.4 - Acções								
Amazon.Com Inc	160 648,66	23 953,36			-1 935,26	182 666,76		182 666,76
AMEX-American Express Co.	185 956,77	76 937,09			-3 654,83	259 239,03		259 239,03
Amgen Inc	217 345,75	67 542,12			-7 354,58	277 533,29		277 533,29
Apple Inc-US0378331005	155 665,84	69 633,51			-3 530,23	221 769,12		221 769,12
Boeing Co.	167 632,20	4 323,11			-6 050,00	165 905,31		165 905,31
Caterpillar-US1491231015	306 962,63	512 900,65			-3 710,61	816 152,67		816 152,67
Chevron Corp	115 199,29	15 210,01			-3 368,76	127 040,54		127 040,54
Cisco Systems Inc	53 900,53	37 657,91			-1 535,63	90 022,81		90 022,81
Coca-Cola Co.	51 601,46	12 348,53			-1 663,65	62 286,34		62 286,34
GOOG US Equity	269 656,06	1 140,47				270 796,53		270 796,53
GS Inc.-US38141G1040	460 143,76	322 290,37			-7 307,52	775 126,61		775 126,61
Home Depot Inc	269 247,88	10 472,85			-9 422,37	270 298,36		270 298,36
HONEYWELL AEROSPACE INC	0,00	88 882,58				88 882,58		88 882,58
Honeywell International Inc.	255 327,06		-76 235,16		-7 492,14	171 599,76		171 599,76
INTL BUSINESS MACHINE - IBM	151 242,48	67 865,50			-3 585,12	215 522,86		215 522,86
Johnson & Johnson Co	143 704,78	56 089,96			-5 148,96	194 645,78		194 645,78
JPMorgan Chase & Co	173 395,62	80 791,55			-3 317,37	250 869,80		250 869,80
McDonalds Corp	212 139,50	2 078,43			-7 048,97	207 168,96		207 168,96
Merck & Co. Inc.	72 557,59	28 639,17			-2 712,75	98 484,01		98 484,01
Microsoft Corp	299 019,48		-5 910,00		-7 222,29	285 887,19		285 887,19
Nike Inc. - Cl. B	79 628,26		-43 181,86		-4 985,17	31 461,23		31 461,23
NVIDIA - US67066G1040	113 299,49	39 824,45		227,54		153 351,48		153 351,48
Procter & Gamble Co-US7427181091	115 718,96	1 075,53			-4 407,76	112 386,73		112 386,73
SALESFORCE INC	184 848,60		-56 392,17		-8 390,25	120 066,18		120 066,18
SHERWIN-WILLIAMS CO/THE	255 215,24	9 911,68			-1 235,77	263 891,15		263 891,15
SOLSTICE ADV MATERIALS	0,00	13 968,85				13 968,85		13 968,85
Travelers Cos. Inc/The	172 633,41	84 119,92			-3 745,24	253 008,09		253 008,09
UnitedHealth Group Inc.	298 483,28	34 171,71			-14 110,96	318 544,03		318 544,03
Visa Inc - Class A Shares	220 892,25	48 476,79			-6 420,58	262 948,46		262 948,46
Walmart Inc	62 663,12	24 484,76			-344,00	86 803,88		86 803,88
Walt Disney Co. (The)	101 054,70		-22 239,66		-5 047,84	73 767,20		73 767,20
3M Co.	124 519,12	4 942,41			-5 371,68	124 089,85		124 089,85
Sub-Total:	5 450 303,77	1 739 733,27	-203 958,85	227,54	-140 120,29	6 846 185,44		6 846 185,44

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

Rui Reis

1.1.4 - Obrigações									
GVOLT ESCP 0 07/16/26	148 535,69	1 206,85				149 742,54		149 742,54	
GVOLT 11/18/27 - PTGNVGOM0004	100 000,00	570,00				101 176,67	606,67	101 783,34	
JOSEML Float 01/22/27	200 000,00	2 760,00				208 082,97	5 322,97	213 405,94	
MOTA ENGL SGPS PC10 E98	340 866,67	3 713,55				344 580,22		344 580,22	
PGB Float 07/18/31 Corp	1 000 000,00	13 680,00				1 024 505,92	10 825,92	1 035 331,84	
RNM – Produtos Químicos S.A. 05ª Emissão – 3.500.000 EUR – 28 dia	199 611,87	263,37				199 875,24		199 875,24	
Sub-Total:	1 989 014,23	22 193,77	0,00	0,00	0,00	2 027 963,56	16 755,56	2 044 719,12	
1.6.1 - Títulos de Dívida Pública									
B 0 04/15/27 Govt	2 680 761,01	11 802,63		68 423,60		2 760 987,24		2 760 987,24	
BUBILL 0 07/15/26 Corp	199 344,00	496,00				199 840,00		199 840,00	
TREASURY BILL 6 1/2 11/15/26 - US912810EY02	1 753 408,94		-51 926,68		-152 939,82	1 560 996,64	12 454,20	1 573 450,84	
Sub-Total:	4 633 513,95	12 298,63	-51 926,68	68 423,60	-152 939,82	4 521 823,88	12 454,20	4 534 278,08	
1.6.6 - UP									
Amundi S&P 500 UCITS ETF - Daily Hedged	1 330 842,53	664 051,35				1 994 893,88		1 994 893,88	
SIXTY DEGR AC PORT I	220 000,00	173 389,76				393 389,76		393 389,76	
SIXTY DEGR AC PORT R	88 000,00	82 594,57				170 594,57		170 594,57	
SIXTY DEGR ACCESS I	200 000,00		-5 230,00			194 770,00		194 770,00	
SPDR Gold Trust - ETF- US78463V1070	506 001,82		-46 278,74	7 494,45		467 217,53		467 217,53	
SPDR S&P 500 ETF Trust-US78462F1030	466 061,17	350 158,94			-31 305,10	784 915,01		784 915,01	
TEUCRIUM WHEAT FUND	464 891,76	1 167,00		14 876,66		480 935,42		480 935,42	
Vanguard S/T Corp Bond ETF	109 108,46	3 940,57			-5 477,46	107 571,57		107 571,57	
Sub-Total:	3 384 905,74	1 275 302,19	-51 508,74	22 371,11	-36 782,56	4 594 287,74		4 594 287,74	
Total	15 457 738	3 049 528	-307 394 0	91 022	-329 843 0	17 990 261	29 210	18 019 470	

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades, durante o período de referência findo a 30 de junho de 2026 foi o seguinte:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC (em euro)				
Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Depósitos à ordem	1 018 416	32 185 402	32 494 646	709 172

A 30 de junho de 2026, os depósitos à ordem encontravam-se domiciliados na Caixa Geral de Depósitos com um valor total de 709.172 euros.

Nota 4 – Critérios de valorização dos ativos

Para valorização dos ativos integrantes da carteira, foram utilizados os critérios de valorização mencionados no ponto acima, denominado “Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP”.

Nota 5 – Resultados Obtidos

Os resultados obtidos pelo Fundo, no período de referência, findo a 30 de junho de 2026, são compostos pelas seguintes rubricas:

1º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - PROVEITOS

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

(em euro)

Natureza	GANHOS DE CAPITAL			GANHOS COM CARÁCTER DE JURO			
	Mais Valias potenciais	Mais Valias efectivas	Soma	Juros vencidos	Juros corridos	Rendimento de títulos	Soma
Operações à Vista							
Acções	5 272 935	1 938	5 274 873	-	-	47 247	47 247
Obrigações	117 506	849	118 355	75 821	-	-	75 821
Unidades Participação	1 687 508	-	1 687 508	-	-	6 112	6 112
Outros							
Operações a Prazo							
Cambiais							
Forwards	-	3 904 772	3 904 772				
Cotações							
Futuros	-	2 001 632	2 001 632				
Outras Operações							
Outros						8 557	8 557

2º QUADRO - COMPONENTES DO RESULTADO DO FUNDO - CUSTOS

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

(Valores em Euro)

Natureza	PERDAS DE CAPITAL			JUROS E COMISSÕES SUPOSTOS		
	Menos Valias potenciais	Menos Valias efectivas	Soma	Juros vencidos e comissões	Juros corridos	Soma
Operações à Vista						
Acções	4 729 321	2 752	4 732 073	-	-	-
Obrigações	92 991	631	93 623	-	-	-
Unidades Participação	1 458 217	-	1 458 217	-	-	-
Outros	8 193	-	8 193	216		216
Operações a Prazo						
Cambiais						
Forwards	-	3 909 796	3 909 796			
Cotações						
Futuros	-	2 453 983	2 453 983			
Comissões						
De Gestão				102 247		102 247
De Depósito				13 018		13 018
De Carteira Títulos				2 615		2 615
Taxa de Supervisão				1 273		1 273
Outras Operações				2 412		2 412

Nota 9 – Impostos e taxas

Durante o período de referência, findo a 30 de junho de 2026, foram cobrados os impostos que se seguem:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

(em euro)

Conta	Descrição	30/06/2026	30/06/2025
		Saldo	Saldo
74122	Impostos Indiretos	4 611	3 548
74212	Imposto sobre o rendimento	7 927	5 408

Nota 11 – Exposição ao Risco Cambial

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL-IC

		30/06/2026				30/06/2025		
Moedas	À Vista	A Prazo		Posição Global	À Vista	A Prazo	Posição Global	
		Futuros				Futuros		
		Compra	Venda			Compra		Venda
USD	15 502 768	11 405 097	8 170 560	18 737 306	10 550 070	7 517 359	18 067 429	
Contravalor Euro	13 578 875	9 989 725	7 156 594	16 412 006	8 964 394	6 387 500	15 351 894	

Sixty Degrees - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A., com sede na Av. João Crisóstomo n.º 30, 6.º Esq. 1050-127 Lisboa, Portugal. Capital Social de 1.270.835 Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob número único de matrícula e identificação fiscal 515 373 508.

R. Pires

Nota 15 – Encargos Imputados ao Fundo

De acordo com o artigo 12º do regulamento da CMVM 07/2023, os encargos imputados¹ ao Fundo, no período de referência, findo a 30 de junho de 2026, apresentam o seguinte detalhe:

SIXTY DEGREES PPR/OICVM FLEXIVEL			(Valores em EUR)	
Custos	30/06/2026		30/06/2025	
	Valor	%VLGF	Valor	%VLGF
Valorização Média	17 496 123		13 996 076	
Banco Deposit.	13 018	0,07%	10 434	0,07%
Comissão Gestão	102 208	0,58%	78 274	0,56%
Tx. Supervisão	1 273	0,01%	1 025	0,01%
Custos de Auditoria	2 274	0,01%	2 220	0,02%
Custos Research	8 193	0,05%	5 779	0,04%
Outros Custos	12 803	0,07%	8 957	0,06%
TOTAL	131 616		106 690	
TAXA GLOBAL DE CUSTOS (TGC)		0,75%		0,76%

A afetação dos encargos correntes, por categoria, para o período em referência apresenta o seguinte detalhe:

Categoria I			Categoria R			Categoria C		
Custos	30/06/2026		Custos	30/06/2026		Custos	30/06/2026	
	Valor	%VLGF		Valor	%VLGF		Valor	%VLGF
Valorização Média	11 266 817		Valorização Média	6 084 744		Valorização Média	144 562	
Banco Depositário	8 383	0,07%	Banco Depositário	4 528	0,07%	Banco Depositário	108	0,07%
Comissão de Gestão	55 871	0,50%	Comissão de Gestão	45 261	0,74%	Comissão de Gestão	1 075	0,74%
Research	5 243	0,05%	Research	2 871	0,05%	Research	79	0,05%
TX Supervisão	814	0,01%	TX Supervisão	446	0,01%	TX Supervisão	12	0,01%
Custos de Auditoria	1 455	0,01%	Custos de Auditoria	797	0,01%	Custos de Auditoria	22	0,02%
Outros Custos	2 950	0,03%	Outros Custos	1 616	0,03%	Outros Custos	45	0,03%
Total	74 718		Total	55 518,38		Total	1 340,45	
Taxa de encargos correntes		0,66%	Taxa de encargos correntes		0,91%	Taxa de encargos correntes		0,93%

Nota 16 – Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

As contas do fecho do exercício são comparáveis com as contas relativas ao período homólogo, junho de 2025.

Nota 17 – Acréscimos e Diferimentos

A 30 de junho de 2026, esta rubrica apresentava os seguintes valores:

Acréscimos de Proveitos			Acréscimos de Custos		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	30/06/2026	31/12/2025		30/06/2026	31/12/2025
Juros de Obrigações	8 956	30 715	Comissoes	-	-
Juros de Ações	1 493	1 493	Juros	-	-
Outros	30 885	1 562	Outros	1 347	1 347
Total	41 334	33 770	Total	1 347	1 347

¹ Taxa de encargos correntes calculada de acordo com o artigo 12º do regulamento 07/2023

Rui Reis

fi

Nota 18 – Contas de Terceiros

A 30 de junho de 2026, as contas de terceiros apresentavam os seguintes valores:

Devedores (em euro)			Credores (em euro)		
Descrição	Saldo		Descrição	Saldo	
	30/06/2026	31/12/2025		30/06/2026	31/12/2025
Operações de mercado	350 397	59 109	Operações de mercado	351 714	3 254
Outros devedores	6 550	-	Entidade Gestora (Sixty Degrees)	19 124	16 615
			Entidade Depositária (CGD)	2 391	2 137
			Autoridade de Supervisão (CMVM)	439	383
			Outros	11 625	5 671
Total	356 947	59 109	Total	385 293	28 061

O Contabilista Certificado

A Administração

Rui Filipe Salvaterra Peres

Nuno João Pereira Virgílio Manuel Ramos Garcia

Lisboa 21 de agosto de 2026

4 Certificação das Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **SIXTY DEGREES PPR/OICVM Flexível, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível de Poupança Reforma** (SIXTY DEGREES PPR), gerido pela SIXTY DEGREES – SOCIEDADE GESTORA DE ORGANISMOS DE INVESTIMENTO COLETIVO, S.A. (Sociedade Gestora), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 19.068.499 euros e um total de capital do Fundo de 18.681.859 euros, incluindo um resultado líquido de 334.672 euros), a demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do **SIXTY DEGREES PPR/OICVM Flexível, Fundo de Investimento Mobiliário Aberto Flexível de Poupança Reforma** em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do SIXTY DEGREES PPR e da Sociedade Gestora nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta de auditoria
Valorização da carteira de títulos	
A carteira de títulos corresponde a cerca de 94% do ativo conforme a nota 3 do anexo às demonstrações financeiras à data de 30 de junho de 2026. Os ativos da carteira do Fundo são valorizados diariamente a preços de mercado de acordo com a alínea a) n.º i. das Regras de valorimetria e cálculo do valor da UP que se encontram na Introdução do anexo às demonstrações financeiras e no Relatório de Gestão. Dada a volatilidade dos preços de mercado consideramos esta matéria como uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.	Entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos: • Teste ao controlo interno do Fundo, nomeadamente ao processo de valorização da carteira; • Recalculo do valor de mercado dos títulos em carteira com recurso a fontes oficiais e comparação com os valores apurados pelo Fundo; • Avaliação sobre a adequacidade das divulgações de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

Responsabilidades do órgão de gestão da Sociedade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Sociedade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos monetários do SIXTY DEGREES PPR de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para Fundos de investimento mobiliário;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do SIXTY DEGREES PPR de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA

detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade Gestora do SIXTY DEGREES PPR;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do SIXTY DEGREES PPR para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o SIXTY DEGREES PPR descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, da Sociedade Gestora, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia, nos termos do n.º 5 do artigo 27.º do Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) n.º 7/2023, que concretiza o Regime da Gestão de Ativos.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o SIXTY DEGREES PPR, não identificamos incorreções materiais.

Lisboa, 25 de agosto de 2026



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.

Representada por Jaime de Macedo Santos Bastos
Registado na OROC nº 599 e na CMVM n.º 20160252